

Discurso do Eng. Agr.º David Gomes Crespo, Presidente da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens na Sessão Inaugural da I Reunião de Primavera

Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e Pescas.
Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Fomento
Agrário.

Excelentíssimos Senhores Governador Civil de Badajoz,
Governador Civil de Portalegre, Presidente da Junta Re-
gional da Estremadura, Director do Instituto Nacional de
Investigação Agrária, Vice-Presidente da Sociedade Espanhola
para o Estudo dos Pastos, Chefe da Divisão Agrária de
Badajoz, Reitor da Universidade de Évora, Presidente da
Câmara Municipal de Elvas, Director da Estação Nacional
de Melhoramento de Plantas, Minhas Senhoras, Meus Se-
nhores, Caros Colegas e Prezados Consócios.

As minhas primeiras palavras são para cumprimentar Vossas
Excelências e agradecer a Vossa estimulante e honrosa presença neste
acto solene da inauguração da I Reunião de Primavera da Sociedade
Portuguesa de Pastagens e Forragens levada a efeito em conjunto com
a XX Reunião Científica da Sociedade Espanhola para o Estudo dos
Pastos.

Nesta matéria de Pastagens e Forragens nós, Portugueses e Es-
panhois, há muito que andamos de mãos dadas, unidos pelo senti-
mento de que, muito temos a lucrar com uma mútua cooperação.
Desde a sua fundação que a Sociedade Espanhola para o Estudo dos
Pastos abriu as suas portas aos portugueses, aceitando-os como mem-
bros associados de pleno direito, e recebendo-os sempre com a maior
estima. Por isso queremos aqui expressar aos queridos companheiros
espanhois a nossa muita gratidão por nos terem sempre feito sentir nas
suas Reuniões em Espanha como se estivessemos em nossa própria
casa. Quero também dizer-lhes da enorme alegria que tivemos quando
há cerca de ano e meio a Direcção da Sociedade Espanhola para o
Estudo dos Pastos nos propõe a realização da XX Reunião Científica
em Elvas e Badajoz, à semelhança do que havia já acontecido em Abril

de 1966, com a realização da VII Reunião Científica, faz agora precisamente quinze anos, em que durante 5 dias nos debruçámos também sobre os problemas de pastagens e forragens das duas Províncias vizinhas, a Estremadura e o Alentejo. Ainda que nessa altura já em Portugal se pensasse na criação de uma Sociedade Portuguesa que reunisse os interessados no tema pastagens e forragens, as circunstâncias só há cerca de um ano permitiram que tal pensamento se concretizasse. A Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens nasce assim cerca de vinte anos mais tarde que a sua congénere Espanhola, e por isso estou certo que a maturidade desta muito há-de beneficiar a juventude daquela, sendo nosso desejo que as duas Sociedades continuem irmanadas na caminhada do futuro, para benefício dos dois países ibéricos.

E creio que vossas Excelências me hão-de perdoar a emoção que as minhas palavras deixam transparecer por ver este auditório, que há alguns anos foi concebido com certa largueza, ser demasiado pequeno para conter todas as pessoas que aqui acorreram, interessadas num problema ao qual tenho dedicado toda a minha vida profissional: as pastagens e forragens e o seu papel no desenvolvimento e bem estar dos portugueses. É que a jovem Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens conta já com cerca de 300 membros, e o seu afluxo continua a ser constante!

Mas, antes de prosseguir, queremos ainda cumprir outro grato dever, o de expressar o nosso maior reconhecimento a diversas entidades e pessoas que muito contribuíram para a realização desta Reunião: Ao Senhor Ministro de Agricultura e Pescas, à Fundação Calouste Gulbenkian, à Direcção Geral de Extensão Rural, à Empresa Publica de Abastecimento de Cereais, à União das Cooperativas Abastecedoras de Leite a Lisboa, ao Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, à Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Évora, à Quimigal — Química de Portugal, e à Société Anonyme des Produits et Engrais Chimiques du Portugal, agradecemos os valiosos donativos com que quiseram ajudar a custear as despesas da organização desta Reunião. Também ao Presidente da Câmara Municipal de Elvas que, desde a primeira hora nos deu todo o seu apoio, ao Director do Instituto de Investigação Agrária por ter acarinhado desde o início esta iniciativa e ter posto à nossa disposição o Serviço de Impressão e ao Director da Estação Nacional de Melhoramento de Plantas que em vários domínios nos deu a sua melhor e mais activa colaboração, são devidos os nossos mais vivos agradecimentos. Finalmente, a todo o pessoal em Serviço no Departamento de Forragens e Pastagens que, através de muitas horas de abnegado trabalho retirado frequentemente ao próprio descanso, foi o verdadeiro obreiro na organização desta Reunião, o Presidente da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens manifesta o mais profundo reconhecimento.

Mas estamos de facto reunidos para abordar durante esta semana problemas de pastagens e forragens e por isso não quero deixar de pegar no tema para tecer algumas considerações sobre a sua importância em países que, como Portugal e Espanha se encontram, na maior parte

do seu território, sujeitos a clima de características mediterrâneas. É certo que no passado os países mediterrâneos deram sempre maior atenção aos cereais que às pastagens e forragens ou à produção pecuária que delas deriva. Talvez porque o cereal, uma vez colhido, era, em relação à carne ou ao leite, de muito mais fácil conservação e transporte e por isso de mais valor estratégico dos povos, talvez porque os povos mediterrâneos retirassem tradicionalmente do mar uma boa parte da proteína de origem animal que lhes é necessária, talvez porque os seus padrões alimentares apenas nas últimas décadas tenha evoluído para maiores necessidades de consumo de carne e leite, o certo é que até há relativamente poucos anos reinou entre nós uma civilização baseada no cereal, em que o animal só tinha lugar como força de trabalho ou como aproveitador dos subprodutos dos cereais (restolhos e palhas) e dos pastos naturais dos incultos ou dos pousios que constituíam a fase de descanso dos solos entre os vários ciclos de culturas cerealífera.

Em relação a Portugal, podemos todavia afirmar hoje que não somos um País vocacionado para os cereais, e que só poderemos melhorar as suas produções na medida em que passarmos a ser um País de pastagens. Na verdade, sendo o solo nacional de um modo geral pobre, frequentemente mal drenado, deficiente em matéria orgânica e mal estruturado, e sendo o clima caracterizado por uma irregular distribuição de chuvas, normalmente excessiva durante o período outono/inverno e em falta quase absoluta durante o período que vai do fim da Primavera ao princípio do Outono, as condições para cultivar cereais só poderão ser melhoradas através do aumento das condições de fertilidade, traduzidas por um maior nível de matéria orgânica e por uma conseqüente melhoria das condições físicas de solo. E uma tal situação só poderá ser atingida através de uma racional introdução, nos sistemas de uso da terra, de pastagens melhoradas ricas em leguminosas, em que a pastagem casa o animal com a terra tornando-a fecunda.

Mas terá Portugal, e os países mediterrâneos em geral, condições para produzir erva?! Até há bem pouco tempo, a erva era aqui olhada como dádiva gratuita da natureza, que não valia a pena cultivar, pois quando chovia surgia espontânea. Tal conceito, creio que ficou mais a dever-se a condicionamentos económicos, até há poucos anos bastante mais favoráveis aos cereais em relação aos produtos pecuários, que a limitações ecológicas, já que estas, como provam as estatísticas, tornam muito mais frequentes os anos de Inverno excessivamente chuvoso em que se aplica o ditado «bem à vaca, mal à saca» do que os anos de Inverno seco que se aplica o inverso «bem à saca, mal à vaca» havendo ainda anos com favorável distribuição pluviométrica, como o presente, em que se poderá dizer «bem à vaca e bem à saca».

Se aliás nos compararmos com países do Centro e Norte da Europa verificamos que as nossas condições para produção de erva não nos deixam envergonhados como sucede com os cereais. A Inglaterra por exemplo, país classicamente considerado de grande vocação pratense, usando uma mistura de graminias e leguminosas numa zona de 600 mm de chuva anual, produz normalmente sem recurso a fer-

tilização azotadas 4 a 5 toneladas de matéria seca por hectare em ano, enquanto nós nas mesmas condições de pluviosidade e também sem fertilizações azotadas poderemos facilmente produzir 5 a 7 toneladas. É certo que em Inglaterra o potencial produtivo pode subir facilmente para 10 a 12 ton. M. S./ha/ano quando se aplicam fertilizações azotadas a um nível de 400 kg de N/ha/ano. Porém, tal incremento faz-se à custa do completo sacrifício das leguminosas e de um consumo energético em fertilizantes azotados da ordem dos 32.000 Joules/ha/ano, consumo esse que começa a pôr sérios problemas num mundo em que a crise energética se agudiza cada vez mais. A razão da nossa vantagem reside nas melhores condições climáticas que as leguminosas encontram entre nós, já que o Sol em que somos ricos joga a nosso favor em termos de fotossíntese e de fixação simbiótica de azoto.

Não temos bons solos, mas temos excelente Sol e esse há que aproveitá-lo bem! Por isso, costumo dizer a companheiros oriundos de países pobres de Sol que «temos grande capacidade para cultivar erva de Inverno e turistas de Verão», o que, em termos de utilização económica do território, não deixa de constituir uma «rotação» interessante! Mas, se regarmos de Verão, então o nosso potencial de produção de erva sobe facilmente para 18 a 25 ton. de M.S./ha/ano, ao passo que a Inglaterra mesmo regando não consegue ultrapassar as 15 toneladas. Pena é que, para regarmos, tenhamos frequentemente que recorrer também a fortes gastos energéticos dado que muitos dos nossos regadios só são possíveis utilizando água sob pressão à custa de elevados consumos de energia.

Parece portanto ficar demonstrada a nossa vocação pratense e forrageira, e se de facto modificarmos o sistema de utilização do solo eliminando os três milhões de hectares de pousios, e substituindo-os por pastagens melhoradas e bem manejadas, em rotação ou não com cereais, segundo a capacidade de uso dos solos, e melhorando os recursos pasciosos de cerca de 1 milhão de hectares de incultos, sem falar na possibilidade de revestir cerca de 300 000 ha de olivais com pastagens adequadas, Portugal poderá não só aumentar extraordinariamente a sua produção de carne, leite e lã, mas também elevar significativamente a produção cerealífera, passando por exemplo dos actuais 1 100 kg/ha de trigo para 1 800 ou mesmo 2 000 kg/ha.

Em relação ao aumento de produção animal, poderemos afirmar que no Alentejo, por exemplo onde os encabeçamentos actualmente existentes nos pousios se situam entre 0,5 e 2 ovelhas/ha/ano (ou o seu equivalente em gado bovino), que produzem 10 a 40 kg de borrego e 1 a 4 kg de lã, se pode passar, utilizando com tecnologia actual as pastagens melhoradas, para encabeçamentos de 4 a 12 ovelhas/ha/ano, capazes de produzir 100 a 300 kg de borrego e 10 a 30 kg de lã. E, o que não deixa de ser muito importante, estes aumentos conseguem-se com baixíssimos investimentos energéticos.

Existe todavia um tremendo estrangulamento para se poder caminhar depressa neste sentido. Faltam animais fêmeas para utilizarem as pastagens melhoradas, dado que o número de ovelhas ou vacas não cresce, nas nossas condições, a uma taxa anual superior a 15 ou 20%. Existem, por exemplo, actualmente em Portugal cerca de 2 000 000

de ovelhas, e se houvesse um bom programa de recuperação de fêmeas poderíamos aumentar em cada um dos próximos anos cerca de 300 ou 400 mil cabeças. Ora, em termos médios, este aumento pressupõe o melhoramento de apenas 60 ou 70 mil hectares de pastagens em cada ano. A carência de fêmeas reprodutoras trava assim enormemente o desenvolvimento do sector, sendo indispensável eliminar este estrangulamento através da importação de fêmeas. Portugal tem importado além de carne e outros produtos animais, elevadas quantidades de cereais e produtos ricos em proteínas, para a preparação de concentrados, uma boa parte dos quais se destina a ser usados por ruminantes. Nestas importações dispendemos já mais de 20 milhões de contos anuais. Ora, dadas as potencialidades que se acabam de referir para o desenvolvimento da produção de ruminantes com base em pastagens não será muito mais útil e promissor passar a dispender aquela quantia na importação de jovens fêmeas vivas?! Deixo esta ideia à consideração de Vossas Excelências, Senhor Ministro da Agricultura e Pescas e Senhor Secretário de Estado do Fomento Agrário, pois com 20 milhões de contos poderíamos importar por exemplo, da Austrália ou de outra origem conveniente, 4 000 000 de malatas Corriedade que produziriam aqui mais 40 000 toneladas de carne de borrego por ano, que poderemos facilmente exportar quando formos membros da C.E.E. E esta quantidade de ovelhas iria apenas ocupar cerca de oitocentos mil dos três milhões de hectares de pousio que o país possui!

Para terminar, queria apenas referir o papel que a Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens poderá desempenhar no contexto de desenvolvimento que se acaba de referir.

São bem conhecidas as dificuldades de comunicação entre investigadores, técnicos e agricultores no sentido de fazer chegar a estes últimos os conhecimentos envolvidos em novas tecnologias criadas ou assimiladas pela investigação. Para tanto, o Governo dispõe de um dispendioso sistema de extensão que, não obstante os seus esforços, nem sempre consegue alcançar medianamente os seus objectivos. E vice-versa, também é fácil fazer chegar aos investigadores certas preocupações e problemas que por vezes atormentam os agricultores e aos quais a investigação poderia e deveria muitas vezes dar resposta. Daí o investigador andar frequentemente a investigar por investigar!...

Pois bem, esta Sociedade ao agrupar, em condições de perfeita igualdade, agricultores, técnicos e investigadores, todos interessados em estudar e fomentar as pastagens e forragens nos seus vários aspectos de produção, utilização e conversão em produtos animais, realiza por si só toda uma dinâmica de circulação de ideias e conhecimentos, que forçosamente se irá reflectir no progresso do Sector. E isto sem qualquer dispêndio para o Estado! É por isso, Senhor Ministro da Agricultura e Pescas e Senhor Secretário de Estado do Fomento Agrário, que a Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens deve ser acarinhada e ajudada, como Vossas Excelências aliás o estão fazendo, dando-nos a honra de presidirem a esta Sessão. Muito obrigado!